



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 13/2021 - SGG**

**Contratante:** ESTADO DE GOIÁS, por intermédio da  
**SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO - SGG - CNPJ nº**  
**34.049.214/0001-74.**

**Contratada:** SAMMA SERVIÇOS LTDA. - CNPJ nº  
**21.419.761/0001-52.**

**Objeto do Contrato:** Prestação, de forma contínua, de serviços  
de limpeza, asseio diário, conservação, higienização e jardinagem,  
com fornecimento de mão de obra, todos os materiais de limpeza,  
utensílios duráveis e equipamentos.

**Objeto do Aditivo:** Suspensão da execução do contrato por mútua  
e consensual disposição de vontade das partes, bem como a  
consequente prorrogação do prazo de vigência pelo período de 06  
(seis) meses, equivalente ao período de suspensão da execução  
do contrato.

**Vigência:** 09/01/2025 a 15/01/2026.

**Processo nº:** 202214304001037.

**Data da Assinatura:** 09/01/2025.

Protocolo 510649

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO  
PREGÃO ELETRÔNICO - PE Nº 180/2024 - SGG  
PROCESSO Nº 202400005032821**

O Estado de Goiás, por intermédio da **SGG - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO** torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento na modalidade **Pregão Eletrônico**, tipo **Menor Preço por Lote**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na forma do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023. **Objeto:** Fornecimento de subscrição de licenças de solução de virtualização VMware por 36 meses, contemplando softwares para gerenciamento de nuvem privada, virtualização de servidores, virtualização de armazenamento, virtualização de rede e segurança, incluindo serviços de instalação. Valor estimado da contratação: R\$ 14.985.423,36 (quatorze milhões e novecentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e três reais e trinta e seis). Número da Contratação: 109100. Data e horário de início da sessão eletrônica de lances: **9h (horário de Brasília-DF) do dia 28/01/2025.** Endereço eletrônico: <https://sislog.go.gov.br/PanelAquisicao/DetailsLicitacao?idLicitacao=109100>. O fornecedor interessado em participar do certame deverá ser previamente cadastrado no sistema oficial de cadastro de fornecedores do Estado e deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto e preço ofertado, até a data e horário estabelecidos para início da sessão eletrônica de lances. Informações acerca do cadastro de fornecedores, Termo de Referência e demais documentos da contratação encontram-se disponíveis nos sites: [www.sislog.go.gov.br](http://www.sislog.go.gov.br). Maiores informações pelo telefone: (62) 3270-8645.

**MARCUS VINÍCIUS DE SANTANA AMARAL**

Pregoeiro

Protocolo 510847

**Defensoria Publica**

**PORTARIA Nº 011, DE 10 DE JANEIRO DE 2025**

O Defensor Público-Geral do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais contidas no art. 12, incisos I, XII, XX e XXI, da Lei Complementar Estadual nº 130, de 11 de julho de 2017, e;

Considerando a necessidade de adequação da estrutura orgânica da Defensoria Pública do Estado de Goiás;

Considerando o inteiro teor do processo administrativo de nº 202510892000151;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar **Matheus Lima Caixeta**, inscrito no CPF sob o nº XXX.489.421-XX, do cargo de Assessor Especial 1 (CC-5), a partir de 13 de janeiro de 2025.

Art. 2º Nomear **Stephany Machado Correia**, inscrita no CPF sob o nº XXX.271.901-XX, no cargo de Assessora Especial 1 (CC-5), a partir de 13 de janeiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado, aos 10 dias do mês de janeiro de 2025.

**TIAGO GREGÓRIO FERNANDES**

Defensor Público-Geral do Estado

Protocolo 510679

**Secretaria de Estado da Casa Militar**

ESTADO DE GOIÁS

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR

PORTARIA Nº 4, DE 09 DE JANEIRO DE 2025

O Secretário - Chefe da Secretaria de Estado da Casa Militar, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/1993, considerando as responsabilidades impostas aos gestores de contratos públicos, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 202400015000793, referente ao contrato nº 31/2024-SECAMI, com a empresa **CS BRASIL FROTAS S/A**, inscrita sob o **CNPJ nº 27.595.780/0001-16**, prestação do serviço de locação de veículos automotores com o fornecimento de equipamento específico para monitoramento de veículo em tempo real (rastreador), manutenção, limpeza, seguro e quilometragem livre, conforme demanda, pelo período de 30 (trinta) meses, visando suprir as necessidades específicas de cada órgãos e entidades da administração pública do estado de goiás, pelo período de 30 meses, conforme Art. 57, inc. II da Lei de Licitações - Lei 8666 /93. Art. 1º Designar o servidor abaixo indicado para, com observância na legislação vigente e o disposto no Contrato nº 31/2024-SECAMI, atuar como gestor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do referido contrato.

I - Gestor: Cap QOAPM - Wilson Moreira Chaves Júnior, CPF nº XXX.924.981-XX, Gerente de Segurança de Transporte de Autoridades.

Art. 2º. Responsabiliza-se o gestor e, subsidiariamente, o titular de sua unidade organizacional pelas providências necessárias a sua substituição formal, tão logo tenha conhecimento de fato, presente ou futuro, suficiente para impedi-lo de exercer suas atribuições.

Art. 3º. Compete ao gestor de contrato e ao fiscal:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato que lhe foi atribuído;

II - Manter fluxo de comunicação e administrar as relações com a contratada;

III - Conhecer o contrato, suas metas e objetivos, refletindo e agindo estrategicamente, de forma antecipada, visando, na medida do possível, evitar o agravamento de problemas;

IV - Promover reunião inicial com a contratada de modo a esclarecer o objeto contratual e reuniões periódicas, quando necessário;

V - Verificar a qualidade e a conformidade dos bens fornecidos ou da execução dos serviços em relação ao edital e ao contrato, atestando faturas e notas fiscais;

VI - Conhecer e acompanhar todos os prazos contratuais;

VII - Solicitar à Autoridade competente os pertinentes ajustes contratuais, sempre acompanhados das devidas comprovações e justificativas necessárias;

VIII - Enviar esforços para assegurar a boa e eficiente execução das prestações, emitindo, após o final do contrato, o termo circunstanciado de recebimento definitivo;

IX - Registrar as ocorrências; determinar formalmente a regularização das faltas e defeitos eventuais;

X - Zelar pela garantia do interesse público, com a promoção de medidas necessárias e adequadas ao caso.

Parágrafo único. O gestor e o fiscal poderão solicitar auxílio às demais unidades deste órgão em atividades técnicas e administrativas, que deverão atender prontamente às solicitações.

Art. 4º. O gestor e o fiscal do contrato poderão ser responsabilizados administrativamente, civil, pecuniariamente e penalmente por eventuais danos acusados à Administração em decorrência de seus atos ou omissões.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.**

Luiz Carlos de Alencar - Coronel PM

Secretário de Estado - Chefe da Casa Militar

Protocolo 510702